

DISCUSSÕES METODOLÓGICAS A PARTIR DE UMA ETNOGRAFIA URBANA: EXPERIÊNCIA, POLÍTICA E PESQUISA

METHODOLOGY DISCUSSIONS DERIVING OUT OF URBAN ETHNOGRAPHY: EXPERIENCE, POLITICS AND RESEARCH

Renato Abramowicz Santos 1

Resumo: Este artigo tem como referência e base empírica pesquisa etnográfica realizada na ocupação Mauá, região da Luz, centro de São Paulo. A partir dessa experiência situada e localizada, pretende-se apresentar questões, reflexões e inquietações que surgiram ao longo (e em elaborações posteriores) do trabalho de campo e da experiência de pesquisa, colocando no foco da análise questões metodológicas e políticas. O objetivo do texto não é restringir o debate ao caráter pessoal de um percurso individual, mas enfatizar a pesquisa como um processo e uma rede de práticas, coletiva e politicamente construídos e implicados.

Palavras-chave: Pesquisa. Metodologia. Etnografia. Ocupações de moradia. Política.

Abstract: This article is referenced and empirically based on the ethnographic research conducted in the Mauá squat building, at the Luz region in São Paulo's city center. From that local and situated experience, questions, reflections and concerns that emerged from the process (and further formulations) are discussed in an analysis centered on methodology issues. The goal is not to restrict the debate to the personal nature of individual experience but to accentuate research as a process and a net of practices, collective and politically engaged.

Keywords: Research. Methodology. Ethnography. Squat buildings. Politics.

Introdução

Este artigo tem como base empírica pesquisa etnográfica¹ realizada em ocupações de moradia do centro de São Paulo mantidas e organizadas por movimentos de moradia organizados e consolidados, histórica e politicamente², tendo uma ocupação, em especial, como referência: a ocupação Mauá, situada na região da Luz, centro da cidade. Localizada em frente à Estação da Luz, o prédio, branco e vermelho, na rua Mauá, já foi o hotel Santos Dumont, inaugurado nos anos 1950, próximo à primeira e movimentada rodoviária da cidade, a da Luz. Com a desativação desta, o hotel entrou em decadência ficando completamente vazio e abandonado nos anos 1990 (Pereira, 2012). E assim ele ficou por quase vinte anos quando em 25 de março de 2007 ele foi ocupado, evento que marca o início da ocupação Mauá.

Diferentemente de muitas outras ocupações do centro da cidade, a Mauá é organizada e mantida não por um, mas por três movimentos de moradia: atualmente, MMLJ, MMRC e AS-TC-SP3. Os seis andares do antigo hotel foram divididos entre os movimentos, havendo coordenadores por andar e uma coordenação geral para todo o conjunto. Aproximadamente, 237 famílias vivem ali. Há regras internas rigorosas que regulam a convivência, o uso dos espaços, a interdição do uso de drogas e de violência doméstica, furtos e envolvimento com o tráfico.

Neste artigo, não se pretende retomar as questões que nortearam e conduziram essa pesquisa nem descrever elementos e dinâmicas do cotidiano da ocupação e de seus moradores – o que já foi feito em outros espaços (Santos, 2018; 2019). Neste texto, será apresentado, de forma sintética, alguns delineamentos e reflexões metodológicas surgidas a partir, ao longo e também posteriormente à pesquisa etnográfica realizada durante o mestrado.

Importante destacar que o objetivo não está em se restringir às dimensões individuais e particulares do percurso; pelo contrário, a ideia é, justamente, enfatizar e destacar a pesquisa como construção e realização de um processo e de uma rede de práticas, coletiva e politicamente implicados – e das limitações, dilemas e efeitos que surgem desses cruzamentos.

Na primeira parte do texto, é apresentada a escolha e justificativa da etnografia enquanto abordagem e método de pesquisa. Em um segundo momento, é feita uma discussão a partir do contato – e confronto – dessa base teórico-metodológica com a realidade e as demandas práticas e concretas do mundo real, com as urgências, tensões e contradições que o atravessam. E, por fim, na terceira parte, é descrita a trajetória de pesquisa como forma de desenvolver uma discussão entre os nexos entre pesquisa, política e intervenção (Malvasi et al., 2018) pensando caminhos e arranjos possíveis que foram sendo construídos na tentativa de conciliar as dimensões (e encruzilhadas) teóricas e práticas surgidas e presentes em torno da experiência de pesquisa.

A linha condutora deste texto foi armada tendo como principal preocupação desenvolver um exercício de elaboração e reflexão metodológicas. Contudo, no meio do caminho tinham crianças... As crianças deram um jeito de irromper e atravessar, de forma inusitada, alegre, enérgica e barulhenta, como costumam fazer e ser, a pesquisa. Desse modo, mesmo não tendo nenhuma propriedade sobre a temática da infância e o foco estando na discussão metodológica, na terceira parte do texto também, um pouco mais de atenção e detalhes serão dados a elas – como forma também de estar mais próximo e em sintonia com o tema e discussão propostas pelo Dossiê. E até porque é impossível discutir e entrar em uma ocupação de moradia na cidade de São Paulo e não ver, ouvir, sentir a presença e energia das crianças que também, ao seu modo, constroem, marcam e dão vida a esses espaços, seus cotidianos e dinâmicas.

1 Etnografia realizada durante pesquisa de mestrado intitulada “Cartografias políticas de uma ocupação: cotidiano, território e conflito” (Santos, 2018), financiada pela FAPESP e no âmbito do Projeto Temático FAPESP “A gestão do conflito na cidade contemporânea – a experiência paulista”, coordenado pela professora Vera Telles (Telles et al., 2013).

2 Para uma discussão sobre as diferentes linhagens, genealogias, movimentos, estratégias e repertórios que constituem a complexa, heterogênea e diversa realidade social, urbana e política dos movimentos e ocupações de moradia no centro de São Paulo, ver Santos e Guerreiro, 2020.

3 Movimento Sem-Teto do Centro, Movimento de Moradia Região Centro e Associação Sem-Teto da Cidade de São Paulo.

A escolha e justificativa metodológicas

Para a discussão e reflexões metodológicas levantadas neste artigo, tomo como referência teórica e empírica minha pesquisa de mestrado e os desdobramentos que se seguiram a esse processo. Portanto, os pontos abordados e as reflexões aqui propostas vêm de uma experiência e práticas situadas, circunscritas e parciais – não esgotam nem abarcam uma suposta totalidade do fenômeno e da realidade sociais. A Mauá descrita foi uma das Mauás possíveis que convivem, nem sempre em harmonia, dentro daquele prédio no centro da cidade repleto de muitas outras ocupações, múltiplas e diversas internamente e entre si.

A opção metodológica foi a etnografia como método de realizar e avançar na investigação que objetivava colocar no foco da análise os diferentes circuitos, arranjos, eventos e escalas, que compõem e constituem as distintas componentes e sentidos da vida em uma ocupação. A pesquisa de campo etnográfica pressupõe uma permanência de longa duração no campo e uma desnaturalização do olhar (Feltran, 2016) em que a produção do conhecimento se dá de forma situada em interação com sujeitos que vivem, interagem e constroem a realidade e o mundo social que constituem o campo que se busca pesquisar. Em outros termos, a presença continuada, o acesso aos espaços e o diálogo com os que residem e vivem essa realidade “possibilitam conhecer certas dinâmicas de funcionamento, bem como traços estruturantes da experiência (...)” (Godoi et al., 2020, p.148).

A etnografia constitui uma perspectiva metodológica indutiva (Feltran, 2016), a partir da imersão no campo, de uma dimensão micro, da localidade, do mais próximo (acompanhamentos, observações, percursos, depoimentos, conversas, entrevistas, registros, descrições e relatos de campo), vai se coletando, construindo, compondo um argumento, um quadro de referência, que depois pode ser posto em relação, em interlocução, em comparação com outras fontes e referências (dados, estatísticas, informações de caráter qualitativo e quantitativo, por exemplo), mais amplas, de um universo mais macro; e do estabelecimento de relação com esse quadro mais amplo de análise é possível então retornar o olhar para aquele universo local para acompanhar e analisar as dinâmicas, agenciamentos e questões situados e localizados do campo, tendo o quadro interpretativo geral como referência (Feltran, 2016).

Segundo Michel Agier (2013; 2015), a construção de espaços como ocupações – que carregam desde sua origem elementos e marcas constituintes (que podem se transformar ao longo do tempo) da precariedade, da indeterminação, da transitoriedade permanente (Rolink, 2015) – deve ser vista e compreendida como processos que produzem espaços, interagem e afetam as dinâmicas urbanas locais, criam fatos políticos, constroem relações e agenciamentos com poderes públicos, grupos sociais, movimentos políticos. É um processo, vivo e dinâmico, de “fazer cidade” e que pode, portanto, segundo Agier (2015), ser etnografado.

Para a realização da pesquisa, tomou-se a Mauá como posto de observação estratégico porque “sabe-se que há cenas e tramas que só emergem de determinadas posições em campo” (Malvasi et al., 2018, p. 27), e, nesse sentido, tomar a ocupação como ponto de ancoragem foi a estratégia escolhida para observar e reconstituir os circuitos, articulações, eventos, percursos que partem, chegam, passam, cruzam e são produzidos por e a partir de uma ocupação de moradia. O que existe, portanto, são distintos postos de observação possíveis, que, como condição, precisam ser qualificados – reconhecer a perspectiva parcial, qualificar o corpo e lugar que se ocupa para garantir a “objetividade científica, que articula um saber rigoroso acerca do mundo social a partir de uma abordagem dos jogos de poder amplificados, os quais estruturam esse mundo e impõem uma apreciação sem concessões de seus elementos e dinâmicas” (Godoi et al., 2020, p.148).

Refletindo sobre a pesquisa no sistema carcerário, Godoi et al. (2020, p.148) afirmam que “nenhuma dessas posições qualificadas garantem um acesso privilegiado à ‘verdade’, mas todas elas possibilitam a observação objetiva de determinados aspectos da produção dessa realidade complexa”. Os postos de observação escolhidos e devidamente qualificados constituem um prisma, um fragmento possível, dentro de um caleidoscópio, de um universo mais amplo.

Ao longo do trajeto de pesquisa e do trabalho de campo, como será discutido na terceira parte do texto, foram também surgindo questões e dilemas envolvendo a natureza da pesquisa

etnográfica, os nexos e fronteiras que articulam e embaralham pesquisa, intervenção e política (Malvasi et al., 2018; Mallart, 2019). Com o distanciamento temporal e emocional vindos com o fim da pesquisa de mestrado, foi possível seguir na elaboração, sabendo que as questões que surgiram e se colocaram no percurso não eram exclusivas nem “inéditas”. Albert (2014), por exemplo, discute como os deslocamentos dos parâmetros tradicionais do trabalho de campo etnográfico, que tem em Malinowski (1978) e na antropologia suas origens clássicas, trouxeram novos desafios e potencialidades para a etnografia.

Segundo ele, o deslocamento é produzido a partir de transformações, locais, globais, políticas, epistemológicas nas sociedades (no caso do autor, está se referindo a sociedades indígenas e de seu empoderamento étnico, cultural e político) que de objeto clássico de estudo passaram a sujeitos políticos com demandas, reivindicações e expectativas claras em relação aquilo que é pesquisado e produzido em relação a eles. Forçando com esse deslocamento uma ruptura com uma suposta “ideologia da neutralidade etnográfica” (Albert, 2014, p. 133), ilusão que só pode se sustentar às custas de se manter e preservar relações coloniais e de dominação.

A passagem da posição de objeto a de sujeito desloca, portanto, os parâmetros clássicos do trabalho de campo. Os pesquisadores se vêm então obrigados a lidar com duas obrigações éticas e políticas: prestar contas e assumir responsabilidade em relação àquilo que escrevem e produzem (ibid., 2014, p. 132). Afinal, existem também por parte dos sujeitos pesquisados demandas e expectativas a ser alcançadas com as pesquisas e estudos produzidos em um contexto maior de disputas (discursivas, simbólicas, mas também muito concretas, de vida e morte, em muitos casos) no qual esse material pode servir como instrumento.

Assim, cresce a demanda pela realização de pesquisa, mas de uma pesquisa que sirva para interesses que não dizem respeito apenas aos do/a pesquisador/a, que então passa a desenvolver um trabalho e atividades mais empíricos e técnicos de um conhecimento e capacidades “adquiridos por meio da experiência de pesquisa etnográfica” para realizar e avançar suas pesquisas, mas também para atender e cumprir a “demanda social” (ibid., 2014, p. 132, 134). O engajamento social do/a pesquisador/a, nesse contexto, não se desvincula mais do projeto científico, deixando de ser uma escolha pessoal ou uma opção fazendo com que “a combinação entre pesquisa etnográfica e ativismo” se torne “a situação básica de trabalho de campo em muitos lugares” (ibid., 2014, p.133).

Essas transformações, evidentemente, trazem novos dilemas: “demandas sociais” em cima da pesquisa podem constituir restrições de autonomia intelectual – como desenvolver críticas, por exemplo? Ao mesmo tempo, mudanças e novos desafios trazem também novas possibilidades e potencialidades, a necessidade de se criar e inventar novos caminhos e formas de pesquisa para contornar e ultrapassar obstáculos que, inicialmente, não estavam postos nem eram evidentes e, na maioria das vezes, eram também imprevisíveis, pois surgem a partir das relações e experiências práticas que se desenvolvem no campo e no cotidiano de pesquisa. A necessidade de se reinventar e contornar esses bloqueios e desafios podem beneficiar a pesquisa, pois a força ir além e a ter que lidar com problemas que surgem da realidade e tensões sociais existentes e não de uma agenda de pesquisa pessoal e/ou previamente formulada desconectada dos anseios, necessidades e problemas das pessoas que vivem e constroem o mundo social que o pesquisador/a busca de alguma forma conhecer e interagir. Essas mudanças e adaptações de pesquisa e atuação podem sinalizar, portanto, “uma relação etnográfica não mais baseada em sujeição política e ingenuidade positivista” (ibid.2014, p. 133).

Segundo o autor, uma forma de contornar ou lidar na pesquisa com o direcionamento de uma “demanda social”, que pode sugerir uma “aparente incompatibilidade” entre solidariedade crítica e pesquisa (ibid., 2014, p. 135), seria os pesquisadores incorporarem os aspectos e efeitos dessa nova demanda política, de suas dinâmicas e das circunstâncias que a produzem como objetos de suas etnografias. Seria uma forma de realizar uma etnografia “do presente”, das condições que geram e possibilitam essas transformações e deslocamentos, conciliando e construindo etnografias no “ponto de intersecção” entre o “interesse pelo local” com a “preocupação com o global” abrindo os “limites do tempo-espaço etnográfico” (ibid., 2014, p. 135, 136).

Ainda como um elemento determinante para a realização da etnografia enquanto méto-

do para a minha pesquisa, o fato dela estar vinculada e integrada a um projeto de investigação maior e mais amplo, o projeto Temático FAPESP “A gestão do conflito na cidade contemporânea – a experiência paulista” (Telles et al., 2015), significou uma oportunidade de acompanhar, estar próximo, aprender, desenvolver e trocar com grandes pesquisadoras e pesquisadores que ao longo das últimas décadas realizaram (e continuam) trabalhos que constituem referência obrigatória e incontornável de etnografia urbana, da maior importância e impacto – acadêmicos e políticos. Desse modo, estabelecida a etnografia como premissa teórico-metodológica para a realização da investigação e da pesquisa, restava então iniciar o campo propriamente, isto é: colocar os pés no chão.

Implicações e confrontações práticas e políticas – quando a abordagem metodológica encontra com o “mundão”

Os primeiros contatos para tentar viabilizar o início da pesquisa na Mauá iniciaram-se em outubro de 2015 e para isso acontecer era preciso contatar a coordenadora-geral e liderança da ocupação, Ivaneti de Araújo, a Neti4. Marcamos uma primeira conversa, na própria Mauá, na qual apresentei em linhas gerais a pesquisa e seus objetivos e pedia autorização para realizá-la. A pergunta que ela me fez foi simples e direta: “o que a gente ganha com isso?”. A resposta foi vaga e genérica, afinal era o que tinha condições de fazer naquele momento; não sabia o que nem como a pesquisa ia caminhar muito menos o que de positivo e concreto ela poderia trazer para a ocupação e seus moradores.

Mesmo que respondendo sem jeito, de forma despreparada, sem ter experiência e à queima roupa, aquela pergunta me acompanhou durante toda a pesquisa. Todo o percurso que desenvolvi ali dentro foi marcado por essa questão, presente fosse naquilo que eu projetava no olhar da coordenação e moradores sobre meu trabalho, fosse naquilo que eu mesmo projetava sobre o que estava fazendo. Descrever meu percurso de pesquisa, como será feito mais sistematicamente na terceira parte deste artigo, é contar também as respostas que fui dando e encontrando a essa pergunta.

Porém, para além da pesquisa do mestrado em si, já encerrada, essa pergunta segue ecoando como um lembrete e um exercício de reflexão presentes e constantes desde então. Ter como horizonte a preocupação com outros interesses e perspectivas que não puramente individuais e tentar com que nesse fazer possa-se construir e contribuir com outras pessoas e projetos passou a ser uma espécie de referência.

O questionamento – ou para usar os termos certos: o papo reto – revela também uma relação de desconfiança, cansaço e, em muitos casos, até de revolta com a “academia”, seus pesquisadores e seus modos de fazer pesquisa. Indignação justificada por uma prática disseminada: aparecer, fazer perguntas, entrevistas, gravar vídeo, tirar fotos, enfim concretizar uma pesquisa e depois sumir, sem nunca dar alguma satisfação ou retorno para as pessoas, movimentos e espaços pesquisados.

Nessa mesma linha, lembro-me também de um debate, em 2015, provocado pelo Movimento das Mães de Maio e realizado no Seminário das Quartas do professor Paulo Arantes, no qual foram convidados pesquisadores/as e grupos de pesquisa parceiros, como o da professora Vera Telles, para discutir o tema “violência policial”. Após a exibição do mini documentário “Apelo”, de Clara Ianni, houve um momento no debate em que foi expressa claramente essa indignação ao se comentar algumas situações, como, por exemplo, a de pesquisadores que depois de fazerem suas pesquisas com as “mães” iam para o exterior falar sobre as “mães” enquanto as “mães” permaneciam na baixada santista com poucos recursos e com toda a carga de luto e luta que carregam (Silva, 2019). Um caminho para solucionar esse problema foi dado por elas mesmas naquela conversa: se querem saber e conhecer o movimento, que a “universidade” permita a entrada e dê condições para que elas próprias possam pesquisar, escrever e contar suas (e outras) histórias – como, por exemplo, Fernandes, 2011.

Essa importante discussão trazida pelas “mães” pode ser somada ao questionamento

4 Todas as pessoas identificadas no artigo foram consultadas se queriam (ou se preferiam que não) e autorizaram sua identificação.

de Neti, que me foi feito antes de iniciar a pesquisa, pois ambos revelam que existem camadas mais profundas do que apenas a dimensão ética em torno da realização de uma pesquisa. Essas questões carregam sentidos, questionamentos e tensionamentos de natureza política e epistemológica, que atingem e dizem respeito não só ao papel da universidade e do/a pesquisador/a (e da pesquisa), mas da própria produção do conhecimento em um mundo social diverso, complexo e desigual.

Os dilemas e conflitos (éticos, políticos, epistemológicos) despertados por essa problemática, no entanto, é preciso que se afirme, não são novos e já foram (e o são) enunciados de diversas maneiras. No fundo, é a reivindicação, política, histórica, sintetizada por Lélia Gonzalez – mulher, negra, como o são também muitas das *Mães de Maio*, como é o caso também de Neti, a liderança da Mauá –, de assumir “nossa própria fala”, assumir “o ato de falar com todas as suas implicações” (Gonzalez, 1984, p.225) – e haver espaço e oportunidades para que isso se realize, e respeitar e ter isso em mente (e levar a sério) para quem está fazendo pesquisa.

Ao mesmo tempo que essa questão e as formas para pensar e lidar com ela não são novas, é preciso que se reconheça, contudo, que, nos últimos anos, o Brasil e o ensino superior brasileiro passaram por transformações profundas que, evidentemente, atingem as bases da universidade trazendo novas perspectivas, novas caras e novas cores, provocando descolamentos e novos dilemas nos modos de fazer pesquisa e de produzir conhecimento – fora a produção do conhecimento que não passa e não se dá na e pela universidade, o que traz também outras e novas implicações, efeitos e dilemas.

Com a adoção de políticas de ação afirmativa, como a implementação de cotas raciais e de cotas em base de critérios socioeconômicos, e a expansão de vagas e de universidades (Lino Gomes, 2006; Silvério et al., 2016), outras pessoas adentraram e passaram a compor as universidades brasileiras, histórica e hegemonicamente, brancas e eurocêntricas (na sua composição demográfica e também bibliográfica): sujeitos periféricos (nos termos de D’Andrea, 2013), negras e negros, indígenas, mães solteiras, homens e mulheres trans, travestis, jovens vindos de cursinhos populares e/ou do movimento secundarista e que participaram das ocupações das escolas (Campos et al., 2016). Adentraram e querem permanecer (e, a partir dessa realidade, as políticas de permanência ganham outro estatuto, dimensão e importância), querem construir carreira, tornar-se pesquisadores/as, professores e professoras (Amorin, 2019), aprofundando e radicalizando ainda mais todas essas transformações.

Não parece acaso, nesse sentido, o foco e a agressividade com que as forças conservadoras e reacionárias, representadas e lideradas agora na extrema direita que ocupa o governo federal, vêm atacando e buscando destruir os caminhos e motores que possibilitaram essas mudanças. Percebem muito bem os impactos, efeitos e potências que esse processo carrega e representa. Nessa chave, pode-se compreender também as razões da intensidade com que vem sendo travada a disputa em torno de qual projeto de universidade, de pesquisa e, no fundo, de educação este país quer construir.

Trajatória de pesquisa, percurso em campo: dimensões de uma experiência coletiva e política

A entrada e início de campo se deram efetivamente em 2016. Desde o início, fazia visitas semanais à ocupação, que se mantiveram também por todo ano de 2017. A frequência, ao longo desse período, foi regular, porém em alguns momentos ela foi maior e mais intensa. Logo no começo, percebi que a portaria era um lugar privilegiado, não só de passagem, mas de acontecimentos e da vida da ocupação. Pedi permissão para Neti para acompanhar a movimentação da e na portaria e o trabalho da porteira, Maria Elizete Barbosa Souza, que trabalha há mais de doze anos como porteira ali.

O fato de se ter que, constantemente, pedir autorização revela que não só a entrada na ocupação passa, necessariamente, pela coordenação, como também os movimentos e ações que lá ocorrem. Existe, portanto, uma dimensão “institucionalizada” e um direcionamento “institucional” no cotidiano das ocupações mantidas por movimentos sociais politicamente organizados e que marcaram não só minhas movimentações como também meu olhar e meu

trabalho. Vale registrar ainda que minha presença, nesse início, também foi codificada como a de alguém que estava ali provavelmente para fazer uma pesquisa ou uma entrevista ou uma gravação ou tirar fotos, atividades essas frequentemente realizadas por figuras (pesquisadores, jornalistas, artistas) que circulam com frequência pelos corredores e espaços de uma ocupação e que se confundem aos olhos dos moradores no seu cotidiano, revelando assim que estava encaixado e convertido no estereótipo desse personagem.

De todo modo, ao longo de todo o primeiro semestre de 2016, a portaria foi meu posto de observação etnográfico. Evidentemente, e provável que deva ser assim sempre, o começo foi mais difícil pela minha pouca experiência com pesquisa de campo, no geral; e, no caso específico, por não conhecer ainda a ocupação, seus moradores e suas dinâmicas, não ter ainda intimidade nem confiança de ninguém e os contatos serem ainda muito superficiais. Costumava passar algumas horas interagindo com Elizete, coordenadores e com os passantes sem grandes planos e expectativas do que poderia acontecer, configurando uma ida e estada em campo bem abertas. Essa situação gerava certa apreensão e não só em mim: depois de alguns meses desse modo, Elizete me cobrava perguntando se eu só ia ficar “parado sem fazer nada?” e me pressionava a ir “entrevistar as pessoas!”.

Mas estar nessa posição me permitiu conhecer mais sistematicamente as dinâmicas cotidianas gerais que animam a ocupação, assim como também participar de algumas reuniões com atores externos (por estar na portaria, às vezes, era convidado a me juntar nas reuniões que aconteciam no grande salão térreo), e foi também a partir desse lugar que acompanhei e participei a ida para atos e eventos fora da Mauá.

De todo modo, depois de um semestre, sentia desgaste e saturação para a pesquisa a permanência apenas ali. Para poder desenvolver melhor minhas questões e avançar mais sabia que precisava mudar minha posição no campo, apenas não sabia como. A resposta veio logo: em agosto, um cartaz na entrada da ocupação fora colado anunciando que começariam a ser dadas aulas de alfabetização para jovens e adultos. Em “um dia de portaria”, falando com outra das lideranças da Mauá, Nelson da Cruz Souza, o Nelsão, com quem costumava passar muito tempo conversando, perguntei sobre o cartaz e ele sabendo que eu costumava dar aulas em outros lugares, inclusive já tendo dado aula em EJA, convidou-me a me envolver e participar do projeto, ideia sua que estava sendo organizada por um grupo de pessoas as quais ele me passou o contato.

Logo falei com o grupo e passei a participar das reuniões que preparavam o início das aulas da Escola Margarida Maria Alves. A Escola, contudo, não era uma escola; ela não tinha um espaço próprio no qual as aulas aconteciam. Ela era, na realidade, um projeto de educação popular que havia sido criado e existido, primeiramente, em 2013, na ocupação Margarida Maria Alves⁵, ligada a Nelsão, situada ali na região da Luz também, próximo à Mauá. Com a reintegração de posse da ocupação, a Escola foi desativada. Em 2015, o projeto passou a acontecer em outro lugar, também na região da Luz, que funcionou até os parceiros que sediavam o espaço terem que deixá-lo. Em 2016, um grupo de pessoas estava se rearticulando para retomar a Escola e foi a esse grupo que me juntei. O nome tanto da escola quanto da ocupação era uma homenagem à paraibana Margarida Maria Alves, primeira mulher a presidir um sindicato de trabalhadores rurais em seu estado. Ela foi assassinada, em 1983, na porta de sua casa. Seu nome e sua história de luta se tornam referência política e inspiraram também Marcha das Margaridas, criada em 2000.

Depois de muitas reuniões e planejamentos, de negociações e arranjos para que as aulas pudessem ocorrer no espaço da Mauá, as aulas de alfabetização de jovens e adultos começaram com entusiasmo geral, sendo que alguns dos moradores presentes já tinham participado de experiências anteriores da Escola. Muitos que chegavam para participar já eram

⁵ Na época do projeto Nova Luz (Gatti, 2015), um terreno inteiro foi demolido, junto de muitos outros quarteirões ali da região, permanecendo apenas um prédio, que serviu de sede do projeto Nova Luz, que depois iria ser doado para o Instituto Lula, iniciativa que não avançou, sendo ocupado posteriormente por duas vezes. A saída da segunda ocupação foi feita mediante a promessa pela prefeitura municipal que aquele terreno seria destinado à habitação social (Santos, 2018), o que não aconteceu. Atualmente, no terreno está o Teatro de Contêiner, tocado pela Cia. Mugunzá, espaço utilizado também por outros coletivos, dando outros sentidos, funções e dinâmicas para aquele espaço, historicamente disputado.

alfabetizados, o que fez com que adaptássemos o projeto para atender também esse grupo.

Com o passar do tempo, de certa dificuldade para conseguir organizar e conciliar as aulas e diferenças no grupo, as dinâmicas da ocupação e o trabalho, que se dava paralela e simultaneamente às aulas, de ficar e cuidar das crianças, e por outras razões, ao longo dos meses, o número de envolvidos foi diminuindo até ficarem apenas os educandos que não eram alfabetizados e os com maiores dificuldades, que mesmo com a diminuição da turma permaneciam muito empenhados e motivados.

O “outras razões” mencionado anteriormente refere-se à questão em torno da participação, interesse ou não dos moradores em atividades envolvendo atores externos, que é longa e merecia maior atenção e espaço. Ao viver em uma ocupação, todos sabem onde as pessoas moram, os horários de trabalho, quando precisam acionar alguém, sabem onde bater, onde procurar. Existe uma grande demanda – e certa saturação também – para os moradores e eles já têm o compromisso de atender uma série de atividades e tarefas do movimento e da ocupação, o que torna compreensível que se puderem decidir participar (ou não) de alguma das muitas e constantes novas atividades que acontecem nos espaços da ocupação, a escolha preferencial seja a de se recolher e ficar na sua casa fazendo o que bem lhe convier, na intimidade (e tranquilidade) de seu quarto – quando e se tiverem a possibilidade de escolher.

Sobre esse ponto de falta de interesse, Feltran (2005), a partir de sua pesquisa com movimentos sociais nas periferias de São Paulo, reconhece a existência de uma percepção partilhada por diferentes pessoas de fora de um certo sentimento de “apatia” disseminada nos moradores. Para ele, esse cansaço e desmotivação demonstrados seriam decorrentes de frustrações dos anos de luta, da redução dos espaços de debate e de construção coletivos, do encolhimento e anulação da política (Feltran, 2005, p. 206), assim como a desconfiança aprendida das experiências da vida (ibid., 2005, p. 116), processos que fazem parte da história da comunidade que ele descreveu e acompanhou em tempos de “expansão neoliberal” e obscurecimento da esfera pública (ibid., 2005, p. 312). O modo como a comunidade vivencia e demonstra todos esses elementos é visto e lido como apático, mas essa apatia seria apenas um sintoma de causas e dinâmicas sociais e políticas mais profundas.

O contexto, os tempos, as situações, os atores e dinâmicas que Feltran observou são diferentes dos da ocupação, mas creio que permanece a perspectiva adotada pelo autor como um valioso alerta de que por trás do diagnóstico de apatia se ocultam elementos e processos mais complexos e profundos que precisam ser mais bem compreendidos. É importante ressaltar que essa realidade e desafios enfrentados em relação aos moradores e a realização de atividades “extras” não são uma exclusividade da Mauá; já vivenciei e participo de outras atividades em outras ocupações que enfrentam essa mesma situação, fora os relatos e depoimentos parecidos em muitas outras ocupações e lugares.

No entanto, retomando a experiência da *Escola* e da Mauá, quem nunca desanimou com a realização das aulas e a presença da *Escola* ali foram as crianças. O combinado inicial era que ficaríamos apenas com os filhos das/os moradoras/es que estivessem nas aulas por sermos em poucos e por não termos experiência com crianças. Mas esse acordo foi impossível de ser mantido: as crianças da ocupação (e não só as que tinham mães e pais participando das aulas) ficavam animadas com o acontecimento e tentavam participar de todo jeito. Era inviável e injusto controlar permitindo a entrada de algumas e barrando outras. O jeito foi nos remanejar e dividir para fazer uma equipe e um dia de atividades só para as crianças e outro com as aulas para os adultos.

A ideia de trabalhar com as crianças foi aprovada e incentivada pela coordenação geral da ocupação, que nos disse que havia muita demanda de atividades para serem feitas para elas e pouco tempo e pessoas, por parte dos movimentos, para organizar e realizar, já que cuidar e coordenar a ocupação e os moradores somada à luta por moradia já ocupavam muito tempo e energia. Nos foi dito também que em algum momento ficariam prontos os espaços da brinquedoteca e biblioteca que estavam em reforma e construção, o que ajudaria o trabalho (a inauguração desse espaço só foi ocorrer em 2018).

A partir dessa e de conversas internas de planejamento, decidimos começar com exposições de filme no grande salão térreo da ocupação seguidas de alguma conversa ou atividade

de discussão ou elaboração coletivas. Era esperada também a participação dos adultos, mas só as crianças apareceram e, nem é preciso dizer, adoraram o novo evento. As idades variavam entre 6 e 14 anos. Eu nunca havia trabalhado com crianças pequenas, então foi uma surpresa conhecer a rivalidade, a competição, as intrigas e brincadeiras que elas estabelecem entre si; assim como a energia que têm e que demandam, lembro de sair completamente esgotado da Mauá nos dias que trabalhava com elas.

Chamou a atenção também ver como que, desde muito jovens, elas se apropriam dos repertórios e reproduzem discursos e dinâmicas próprios dos adultos e do universo (dos movimentos, das ocupações) com quem convivem e estão imersas: mais de uma vez, uma criança quando contrariada ou querendo acessar ou fazer alguma coisa que não lhe era permitido, utilizava conosco o argumento de que a mãe dela “era coordenadora” ou que a liderança “deixou!” ou “mas eu falei com a coordenação”, demonstrando assim que compreendiam e mobilizavam muito bem as práticas e os acordos tácitos e dinâmicas vigentes do lugar que vivem.

Pude ver também elas competindo para ver qual a ocupação que era melhor, já que ali havia crianças da Mauá, mas também da ocupação vizinha, Prestes Maia: “eu sou Mauá!”, “Mauá, credo!”, “Prestes Maia, deus me livre!”. Essa competição ao mesmo tempo que demonstra uma rivalidade naturalmente infantil, reverbera disputas e tensões que vêm de outros lugares; assim como revela também sentimentos de pertença e de orgulho (positivando algo que em outros momentos e espaços, como na escola e com os colegas, por exemplo, pode ser motivo de estigma e de comentários maldosos, como já ouvi relatos e depoimentos). Os momentos de brigas diretas eram também frequentes e para valer: empurrões, tapas, chutes, puxões de cabelo... que antes de chegarem nesse ponto físico de violência eram precedidos por xingamentos, também bem agressivos e que também pareciam vir de outros lugares e referências: “tua mãe, aquela filha da puta!”, “tua mãe, aquela gorda!”, “tua mãe fuma maconha!”.

Se os momentos de briga e discussão eram constantes e intensos, havia também sempre um, diferente de todos os demais, que as acalmava e que adoravam, fazendo com que conseguissem ficar unidas e sem brigar, agindo de modo coletivo e colaborativo (o que me impressionava toda vez): eram os momentos de dança. Elas pediam sempre para fazer apresentações de dança em que todas, dos pequenos aos grandes, participavam. Assim, das sessões de filme passamos para as de apresentação de dança. Elas escolhiam a música, ensaiavam a coreografia durante a semana e a apresentavam no próximo encontro. Elas levavam a sério os ensaios e o momento de apresentação, todos muito concentrados em repetir a coreografia da música do dia, que quase sempre era um funk.

Nos trabalhos anteriores, busquei analisar as dinâmicas e condições que produzem um sujeito urbano que vive em ocupação, reconhecido politicamente como sem-teto (categoria ao meu ver insuficiente para revelar toda a dimensão e potência que está posta nas vidas, percursos e arranjos que esses sujeitos produzem). Contudo, a partir do ponto de vista das crianças apresentado aqui é possível deslocar um pouco a perspectiva: o modo como esses sujeitos urbanos (adultos) vivenciam e lidam com todo o dinamismo, tarefas e atividades incessantes de uma ocupação⁶ é diferente do modo como as crianças, também imersas nessa realidade e cotidiano, vivem e os encaram. Esse mesmo dinamismo e a série de exigências e eventos que podem ser sentidos como exigentes, cansativos e, em alguns casos, como um problema pode ser vivido como uma fonte de distração, diversão e animação cotidianas para as crianças, que têm menos responsabilidades (seja na vida, seja com os movimentos, seja para com a ocupação) que suas mães e familiares mais velhos. Desse modo, poderíamos ampliar o olhar para as condições que produzem o sujeito urbano que vive em uma ocupação para perguntar qual infância é produzida pelas ocupações?

Estávamos ensaiando a quadrilha para a festa junina (decisão coletiva tirada com as crianças) quando veio a notícia da decisão de reintegração de posse da Mauá, em junho de 2017, pegando a todos de surpresa. Com esse horizonte e todas as movimentações, mobilizações, indeterminação e angústias que se seguiram as atividades com as crianças e com a Escola

⁶ Essa diversidade e intensidade de relações, eventos e articulações estabelecidos e criados podem ser vistas como estratégia política de sobrevivência e manutenção de uma ocupação, no espaço e no tempo da cidade, compreendida como em permanente disputa (Santos, 2019).

pararam⁷. Começava uma nova etapa na pesquisa e na realidade da ocupação que afetava a todos.

Primeiro, veio a megaoperação policial e intervenção urbana conjunta entre prefeitura municipal e governo estadual na região conhecida como “cracolândia”, no Campos Elíseos, em maio de 2017, provocando impactos e efeitos que geraram mobilização, não só das pessoas que vivem, trabalham e circulam por aquela área, como de coletivos, entidades e movimentos mais amplos do resto da cidade. Reuniões passaram a acontecer com frequência na Mauá, entre outros lugares, para discutir e organizar as ações e respostas (Santos, 2018; 2019; Villela et al., 2019). No mês seguinte, veio a notícia da reintegração de posse da Mauá que trazia a perspectiva de fim e de destruição de uma ocupação de mais de dez anos de existência. As reuniões e mobilizações se intensificaram e passaram a ter como foco evitar e reverter o cumprimento da decisão.

Ao mesmo tempo que queria encerrar o campo de pesquisa, por um ponto final no material a ser explorado e trabalhado na dissertação, estava muito envolvido passando a participar dos eventos, reuniões e discussões que começaram a ocorrer em grande intensidade. E o envolvimento não se deu por uma espécie de obrigação ou “dívida moral a ser paga”, mas por estar genuinamente preocupado (e envolvido, implicado) com o que poderia acontecer com aquelas pessoas e com aquele local que, ao longo desse processo, efetiva e afetivamente me vinculei. E também porque percebi que podia, de alguma forma, ajudar.

Meu envolvimento e atuação na Mauá, por mais uma vez, mudaram então com a ameaça de reintegração de posse. Conforme as reuniões, assembleias, conversas se sucediam, logo percebi que podia contribuir e intervir a partir da minha posição, dos conhecimentos técnicos e das redes que acessava. Desse modo, participei de reuniões de negociação e audiências com poder público e poder Judiciário, escrevia atas para registrar o que acontecia e também para compartilhar depois com outros atores que estavam atuando na defesa da ocupação ou na defesa das pessoas atingidas pela ação violenta na “cracolândia”.

Junto com uma diversidade de pessoas, passamos a criar e organizar manifestos, abaixo-assinados, eventos, atos, assim como conteúdo, dados e informações, grupos e páginas nas redes sociais com o objetivo de dar visibilidade para o que estava acontecendo buscando fortalecer a mobilização e a pressão para evitar que a remoção se concretizasse. Evidentemente que as decisões, escolhas e ações não eram tomadas sozinhas ou de forma voluntarista, eram construídas e discutidas coletivamente junto das lideranças da ocupação e de outros movimentos, com os advogados e das muitas outras pessoas e coletivos, vindos dos mais variados lugares, de diferentes áreas de formação e atuação, que se juntaram formando uma potente rede de apoio.

Minha participação e envolvimento nesse terceiro momento não se deram mais enquanto educador da *Escola Margarida Maria Alves* (posição com a qual passara a ser reconhecido dentro da ocupação pelos moradores nos últimos tempos), mas também não se deram como um pesquisador interessado em realizar apenas uma pesquisa de mestrado. “Qual era o estatuto dessa posição e atuação?” foi a pergunta que terminei na dissertação, no calor do momento e sem o distanciamento, temporal e emocional, necessário para conseguir pensar e elaborar. Naquele momento, a resposta que tive condições de dar foi que realizava um papel híbrido entre pesquisador e apoiador e, mesmo inconsciente e intuitivamente, sentia que essa nova posição construída, já marcava o encerramento de um ciclo (a pesquisa de mestrado) e transição para uma outra, indefinida naquele momento, mas que de alguma forma permanecia

⁷ Trabalhar nesse projeto foi uma oportunidade importante em muitos níveis e sentidos. Foi uma maneira de articular um saber e prática que tinha com uma necessidade e demanda que existiam e vieram da ocupação servindo também como uma forma de desenvolver a pesquisa avançando em observações e compreensões que eu nem sabia serem possíveis, pois não havia previsto, mas que também nem eram possíveis imaginar. Participar da Escola permitiu uma outra posição no campo podendo observar e acompanhar, a partir de outro lugar e perspectivas, as dinâmicas, tramas e redes que se produzem e atravessam uma ocupação de moradia. E poder avançar na pesquisa e realizá-la ao mesmo tempo que construía e contribuía para outras atividades e funções, mostra que essas diferentes dimensões e esferas (pessoal e coletivo; pesquisa e intervenção; técnico e político) não são estanques e fixas; elas podem, na prática, se atravessar, sobrepor, conciliar.

ligada à ocupação⁸.

Com o passar do tempo, ficou claro que acompanhar e participar daquelas movimentações todas pela Mauá e seus moradores foi uma forma de desenvolver a pesquisa também, que o ativismo daqueles dias não interrompeu ou atrapalhou ou impossibilitou a continuidade da pesquisa; foi um outro jeito de realizá-la, era uma nova posição ocupada e papel cumprido. Intervenção e pesquisa não se coincidem e se resumem uma na outra, necessariamente, mas em determinados momentos, sob determinadas circunstâncias e condições, podem se entrelaçar e se reforçar (Mallart, 2019). Foi a vivência, experiência e realização da condição e da “combinação entre pesquisa etnográfica e ativismo”, construídas na prática, a que Albert (2014) se refere.

A conclusão da pesquisa, a escrita e defesa da dissertação encerrariam o “vínculo formal” de pesquisa com a Mauá, mas a relação se mantém de outras formas também: quando há algum problema ou reunião importante somos (porque o contato e relação com os apoiadores⁹ de uma ocupação ou movimento permanecem ativos, claro que em uma escala e intensidade diferentes dos momentos de ameaça e mais dramáticos) chamados para acompanhar e participar, preparamos documentos e projetos para serem apresentados e discutidos em audiências de negociação ou em reuniões com secretários ou promotores, assim como apoiamos quando alguma ação ou ameaça surge. Permanecemos como parte da rede de apoio e mobilização que pode ser usada, por exemplo, para organizar uma campanha de doação ou enfrentar e contornar um problema inesperado que surge, como, por exemplo, uma nova ameaça de reintegração de posse ou um incêndio ou porque a polícia entrou sem mandado em uma ocupação ou por conta da prisão de lideranças, como aconteceu em 2019 em uma ofensiva jurídica e política de criminalização dos movimentos de moradia organizados do centro e de suas ocupações (Santos e Guerreiro, 2020).

A reconstrução dessa trajetória importa aqui não pelos elementos pessoais, mas pelo que revela das implicações e arranjos práticos que surgem no cruzamento entre pesquisa e política, em que a partir da experiência e diante (e em conexão) das urgências, demandas e realidade postas da vida, as fronteiras de intervenção, pesquisa e política se embaralham (Mallart, 2019). Desse modo, trata-se de perceber como a pesquisa etnográfica possibilita o contato e coloca o/a pesquisador/a em relação: em relação a um cotidiano, a pessoas, a atividades, a eventos, a responsabilidades, a problemas e questões, que passam a lhe dizer respeito; passam, de alguma forma, a ser seus também. Assim, no fazer etnográfico, “os nexos que articulam pesquisa, militância e política” (Malvasi et al., 2018, p. 38) vão sendo construídos, na prática, *em relação*. Nesse sentido, realizar uma pesquisa significa também atuar em um determinado campo político – e a pesquisa e intervenção podem se tornar ferramentas coletivas de ação nas disputas que constituem o referido campo político em que se está inserido e atuando. Assim, trata-se de compreender e fazer da “inserção e das atividades desempenhadas” não só uma “posição situada e parcial de construção de conhecimento, mas também um ponto de combate em um campo de batalha, no qual as frentes de luta são diversas” (Godoi et al., 2020, p.157).

Considerações Finais

Este artigo não tem o objetivo de servir como manual de receitas ou regras, não quer ser um texto prescritivo nem normativo do *deve ser*, mas do *pode ser*, de possibilidades, poten-

⁸ Com o encerramento da pesquisa de mestrado, passei a trabalhar como pesquisador no Observatório de Remoções e no LabCidade da FAU-USP (<http://www.labcidade.fau.usp.br/>) e por mais que meu foco não se restrinja mais à Mauá e às ocupações do centro, abrindo-se para outras formas mais amplas de morar e de conflito, a relação com as ocupações permanece não só por questões pessoais, mas por questões políticas, de ativismo e de trabalho. A entrada no doutorado com uma pesquisa voltada para o tema das remoções no centro de São Paulo atravessa e reforça todos esses vínculos e articulações postos e em permanente construção.

⁹ A rede é diversa e composta por um coletivo variado de estudantes, técnicos, assistentes sociais, professores e educadores, advogados populares e operadores do direito, militantes, artistas, jornalistas, mídiativistas, laboratórios de pesquisa e grupos de extensão universitários, assessorias técnicas e jurídicas – muitas com uma longa e importante história, atuação e trabalho acumulado como assessorias.

cialidades. As reflexões esboçadas aqui são fruto de muitas discussões e trocas com diferentes colegas, parceiros/as e interlocutores (do campo de pesquisa e de fora; da universidade e de fora dela também) ao longo dos últimos anos. A troca de experiências e estratégias se mostra como elemento importante para a elaboração crítica e para a realização de pesquisas em um mundo social heterogêneo, desigual e atravessado por tensões. A preocupação em discutir o papel da pesquisa (e do/a pesquisador/a) e suas implicações nesse mundo transformado é, portanto, de ordem prática e política.

A atuação com pesquisa etnográfica pressupõe uma relação com um mundo constituído, atravessado e repleto de diferentes e diversos saberes, conhecimentos, fazeres, perspectivas, experiências, heranças, tradições, ancestralidades, cosmologias. O exercício está em construir uma relação que respeite, dialogue, some com esses outros saberes existentes; está em construir uma produção do conhecimento que desarme hierarquizações, distinções e posições “colonizadoras” que se creem “superiores” para “desvendar” e “revelar” o mundo. Todo mundo produz saber e conhecimentos válidos – e é preciso levar isso a sério e reconhecê-lo cientificamente (Feltran, 2016).

Existe uma aposta, que, obviamente, não é individual e que constitui um processo em andamento de elaboração e reflexão coletivas, em torno de um fazer pesquisa enquanto uma epistemopolítica (Godoi et al., 2020) ou como uma epistemologia colaborativa (Grupo de pesquisa cidade e trabalho, 2020) em que a tentativa está em articular expertises e competências constituindo agenciamentos e redes – como nossas pesquisas se articulam e se agenciam com outros saberes e práticas; como, a partir do contato e do encontro no “mundão”, em um determinado campo político (ou de batalha), é possível compor e somar os distintos saberes que se reúnem e se cruzam, os nossos sendo mais um entre tantos; qual é o “estatuto do saber que se produz a partir dessa zona de indiscernibilidade entre pesquisa e intervenção” (Godoi et al., 2020, p.145) são algumas das questões que vão sendo colocadas e enfrentadas, não só com debate e reflexão, mas com tentativas e experimentações, de forma coletiva.

Há, portanto, uma compreensão que configura essa aposta (não só metodológica, mas política) em torno de um fazer que se contrapõem a uma visão, uso e apropriação individuais, isolados e privados de uma pesquisa; em um fazer em que importa a forma, o como, as trocas, os retornos, o processo; que representa uma tomada de posição e aliança em um determinado campo de forças, de conflitos e de disputas. A busca por aliar a experiência de pesquisa e política corresponde a construção e fortalecimento de uma rede de relações e vínculos, de práticas e conhecimentos, de responsabilidades e compromissos, de afetos e conflitos, que vão sendo atravessados e vão se implicando conforme esse processo vai sendo tecido e construído coletivamente – porque na etnografia nunca se está só.

Referências

- AGIER, M. **Campement urbain: du refuge naït le ghetto**. Paris : Éditions Payot & Rivages, 2013.
- _____. **Anthropologie de la ville**. Paris: PUF, 2015.
- ALBERT, B. Situação etnográfica e movimentos étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos**, v. 15, n. 1, p.129-144, 2014.
- AMORIM, T. No Brasil, ser professor universitário é luxo para poucos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de out. de 2019, Ilustríssima.
- CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.
- D’ANDREA, T. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2013.
- FELTRAN, G. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Humanitas, 2005.

_____. Lugares e olhares na produção de saberes: periferias, conflito e criminalidade violenta na perspectiva etnográfica. In: OLIVEIRA, F. & RODRIGUES, T. (Orgs.). **Conversas Metodológicas**. UFSCar, 2016.

FERNANDES, F. **Barbárie e direitos humanos: as execuções sumárias e os desaparecimentos forçados de maio (2006) em São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, PUC, São Paulo, 2011.

GATTI, S. **Entre a permanência e o deslocamento: ZEIS 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais**. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2015.

GODOI, R.; CAMPOS, M.; MALLART, F.; CAMPELLO, R. Epistemopolíticas do dispositivo carcerário paulista: refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v.7, n.1, p.143-158, 2020.

GOMES, N. (Org.). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília, Ministério da Educação, 2006.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. **Dilemas**. Reflexões na pandemia. Rio de Janeiro, 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-59>.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALLART, F. **Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo**. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2019.

MALVASI, P.; SALLA, F.; MALLART, F.; MELO, R. Saberes da encruzilhada: pesquisa, militância e política no sistema socioeducativo. **Etnográfica**, v. 22, n. 1, p. 75-96, 2018.

PEREIRA, O. **Lutas urbanas por moradia. O centro de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2012.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, R. Cartografias políticas de uma ocupação – cotidiano, território e conflito. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2018.

_____. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 783-805, set/dez 2019.

_____. & GUERREIRO, I. Ocupações de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, formas de apropriação e produção populares do espaço – e sua criminalização. In: MOREIRA, F.; ROLNIK,

R.; SANTORO, P. (eds). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: relatório bianual 2019-2020**. São Paulo: Observatório de Remoções, 2020.

SILVA, D. (Org.). **Mães de Maio – Memorial dos nossos filhos vivos – As vítimas invisíveis da democracia**. Nós por nós Editora, 2019.

SILVÉRIO, V.; ARTES, A.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Ações afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

TELLES, V. et al. **A gestão do conflito na cidade contemporânea – a experiência paulista**. Projeto Temático, Fapesp, 2013.

VILLELA, F.; ROLNIK, R.; SANTOS, R.; LINS, R. Permanent transitoriness and housing policies: inside São Paulo's low-income private rental market. **Radical Housing Journal**, Issue 1.2, p. 27-43, 2019.

Recebido em 17 de dezembro de 2019.

Aceito em 15 de dezembro de 2020.